



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Parecer Técnico Conclusivo nº 03/2015/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Avaliação legal e institucional sobre a proposta de Moção Direcionada ao Governo do Mato Grosso, solicitando providências junto à SEMA/MT quanto ao conflito de interesses evidenciado na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai.

1. Histórico

1.1. A Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras providências, define que, nas bacias e regiões hidrográficas onde não existam Comitês de Bacias Hidrográficas, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH ou o Conselho Estadual decidirá pela elaboração dos respectivos Planos de Recursos Hídricos.

1.2. Reconhecendo a necessidade de ações de gestão de recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraguai, o CNRH decidiu pela elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai, instituindo o Grupo de Acompanhamento, nos termos da Resolução CNRH nº 152, de 17 de dezembro de 2013.

1.3. Em 29.5.2015, a Secretaria Executiva recebeu proposta de Moção encaminhada pelo Conselheiro Sr. João Clímaco Soares de Mendonça Filho, em que solicita ao Governo do Estado do Mato Grosso providências junto à SEMA/MT quanto ao conflito de interesses evidenciado na representação dos segmentos sociais e econômicos na composição do Grupo de Acompanhamento do PRH Paraguai.

1.4. A Secretaria Executiva entrou em contato com a Secretaria de Estado Meio Ambiente – SEMAT/MT, com vistas a um melhor entendimento sobre o processo.

1.5. Em 17.7.2015, o Conselho Estadual do Mato Grosso encaminhou à Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, a Moção nº 17/CEHIDRO/2015, em que repudia os questionamentos de competências nas indicações para compor o Grupo de Acompanhamento da elaboração do PRH-Paraguai.

1.6. Desta forma, seguindo o que determina o Regimento Interno do CNRH, a Secretaria Executiva encaminhou à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais a proposta de Moção do Conselheiro João Clímaco Soares de Mendonça Filho para avaliação quanto aos aspectos legais e institucionais.

2. Análise

2.1. A documentação encaminhada pelo Conselheiro questiona os procedimentos adotados pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso quando da indicação de representantes da sociedade civil para compor o Grupo do PRH Paraguai.



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Segundo alegado, há um conflito de interesse, uma vez que as pessoas indicadas são agentes públicos pertencentes do quadro da Secretaria de Estado Meio Ambiente – SEMAT/MT.

2.2. De acordo com a Resolução CNRH nº 152/2013, a indicação dos membros para compor o Grupo de Acompanhamento deverá ser feita pelos representantes dos segmentos e setores, no âmbito dos respectivos Conselhos de Recursos Hídricos, conforme apresentado no Anexo da referida Resolução.

2.3. Seguindo essa prerrogativa, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Mato Grosso aprovou por meio da Resolução CEHIDRO nº 79 de 09 de julho de 2015, as indicações das representações para compor o Grupo de acompanhamento do Plano.

2.4. Em resposta ao Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia Hidrográficas - FONASC, que alegou conflito de interesse nessas representações, o CEHIDRO deliberou a Moção nº 17/CEHIDRO/2015, em que repudia os questionamentos da competência da Sra. Leonice de Souza Lotufo e Sra. Susan Lannes de Andrade, quanto a representarem o Setor de Pesca, Turismo e Lazer e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária – ABES, respectivamente, no Grupo de Acompanhamento da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai, ao qual foram indicadas pelo CEHIDRO.

2.5. A CTIL, na 135ª Reunião, analisou a proposta de Moção e, fundamentada nos documentos referenciados neste Parecer, a maioria dos representantes entendeu que a indicação do CEHIDRO foi baseada em procedimentos estabelecidos pelas normas do respectivo Conselho.

2.6. A matéria foi colocada em votação, com a proposição de se verificar a legalidade das indicações do CHIDRO, sendo obtidos nove votos favoráveis, duas abstenções e um voto contrário. Em decorrência desse resultado, a CTIL sugere ao Plenário a rejeição da proposta de moção.

3. Conclusão

3.1. Considerando-se a norma legal aplicável ao caso e, ainda que cabia aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos fazer as indicações, avalia-se que o posicionamento da CTIL apresenta coerência tanto sob o ponto de vista legal como institucional.

3.2. Por esse motivo, submete-se a matéria ao Plenário para apreciação e deliberação pelos Conselheiros.

Este é o parecer

Em, 21 de agosto de 2015.


JULIO THADEU SILVA KETTELHUT

Presidente da CTIL